- LXXX -

O MOVIMENTO PENDULAR DA BURGUESIA PARA GESTÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA SUPERIOR BRASILEIRA

Cleide Carvalho de Matos – UFPA
cleidematos@ufpa.br

Manuelle Espíndola dos Reis – SEMED
manelleespindola@hotmail.com

Solange Pereira da Silva - UFPA
solangesilva@ufpa.br

INTRODUÇÃO

*Na dúvida, não se precipitem.
Planejem a sua denúncia. Anotem
os episódios, os conteúdos, as falas
da militância política e ideológica
do seu professor.
(Escola Sem Partido).*

O artifício ideológico construído como verdade falseada da realidade, requer segundo Konder (1995, p. 166) que a “ultrapassagem das fronteiras de sua construção teórica seja submetida a uma dimensão prática no qual é usada”, de forma prática, a citação apresentada, expressam as verberações de um projeto de lei que amordaça a liberdade de cátedra dos professores, e, impõem a visão ideológico-partidária para gestão da educação básica e superior brasileira.

Destarte, este trabalho problematiza as políticas conservadoras para educação no Brasil. Com a finalidade de analisar as políticas conservadoras que interferem na gestão da educação superior. O trabalho utilizou-se da pesquisa bibliográfica, por “valer-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores” (SEVERINO 2007, p.

122) e, da análise documental para “captação das pistas para a compreensão da racionalidade política, das ideias mestras das diretrizes educacionais, no sentido de entender as influências que o produziram” (Evangelista, 2008, p.15).

AS REPERCUSSÕES IDEOLÓGICAS NA GESTÃO DO ENSINO BRASILEIRO

As literaturas já produzidas assinalam o movimento pendular da elite burguesa, para o desmonte da educação pública e se reitera no plano estrutural das políticas do governo federal. Adam Smith (1996, p. 17) em *Riqueza das Nações*, defendeu que “a educação como qualquer outra tarefa, era a principal ou uma única ocupação de um grupo de cidadãos, enquanto que, ao trabalhador, deveria ser concedido apenas o suficiente para operar a produção”. É com essa máxima, que a elite burguesa conservadora e inculta vem interferindo na gestão da educação pública que atende no mínimo que sejam os direitos historicamente negados à população desfavorecida brasileira.

A tese defendida, pelo movimento da Escola Sem Partido (2004) e, equipe do atual governo, é a expurgação dos comunistas que propagam a “doutrinação ideológica”, dos espaços institucionais das escolas básicas e universidades, configurando na prática, segundo Frigotto (2017, p.18), “como uma forma de assegurar a criminalização do conhecimento e de formação humana, disseminar a intolerância aos movimentos sociais, movimentos de mulheres, de negros, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros”.

Notoriamente, os valores que definiram historicamente à educação e formação humana no âmbito do Estado foram constituídos por concepções pedagógicas que justificaram o processo de exploração do trabalho, a escolarização mínima para os trabalhadores e a marginalização dos diferentes grupos sociais. Essa relação foi contestada permanentemente no interior das universidades e escolas básicas pelas forças que sempre lutaram em defesa do direito da educação pública, universal, laica, gratuita e trabalha para sua transformação.

Em tese, o cenário político e econômico configurado com as eleições presidenciais de 2018 promulgaram, os anseios de uma classe que construiu riqueza, causando miséria e se nutrindo dela. A combinação das intervenções arbitrárias, lançado pelos discursos criminalizador do movimento em curso, promoveram dentro das Universidades públicas, os primeiros ataques à liberdade de cátedra, desde o fim da ditadura militar no ano de 1985:

Quadro I – Cerceamento de liberdades educacionais nas Universidades Brasileiras – 2018

UNIVERSIDADES	NOTÍCIAS
Universidade Federal da Grande Dourados	Intervenção policial para suspender aula sobre fascismo legitimada de notificação expedida pelo juiz eleitoral Rubens Witizel Filho da 17ª Zona Eleitoral do Mato Grosso do Sul.
Universidade Estadual do Pará	Intervenção policial, sem decisão judicial favorável que coagiu professor a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo ministrado em aula na delegacia.
Universidade Federal de Campina Grande	Intervenção policial legitimada por mandado de busca e apreensão de suposto material de candidato à presidência da república, expedido pelo Juiz Eleitoral Horário Ferreira de Melo Junior, da 17ª Campina Grande.
Universidade Federal Fluminense	Intervenção policial legitimada por decisão da Juíza, Maria Aparecida C. Zona Eleitoral de Niterói; ameaçou prisão do diretor do curso de Direito.
Universidade Estadual da Paraíba	Pessoas que se identificaram como fiscais do TRE abordaram professora para prestar informações a respeito do conteúdo ministrado em aula.
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Cancelamento de aula pública a favor da democracia, com a presença de Guilherme Boulos, emitido pelo juiz auxiliar Romulo Pizzollati.

Fonte: Relatório do ANDES-SN 2019.

As ações preconizadas pelo TRE e criticadas por especialistas da área, nos remete a análise de Konder (2016, p.173), no sentido da visão simplista do direito agindo como superestrutura, ser quase “epifenômenica”, ou seja, eles distinguem “as formulações que se apoiam as propostas dos direitos humanos, mas não enxerga, os valores embutidos nessas formulações”, subestimam os direitos e as liberdades humanas tão cara a democracia brasileira.

A síntese da educação oficial demonstrada no quadro abaixo, fez parte do programa de eleição do candidato, atual presidente, Jair Bolsonaro, que alinhada aos anseios do projeto de lei da escola sem partido e ao documento do manifesto assinado pela bancada evangélica, se resume na máxima disciplinar bolsonarista:

Quadro II - Educação na visão conservadora

Projeto de lei – Escola sem Partido	Programa de governo/Manifesto
O professor não se pode expressar opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias;	Conteúdo e método de ensino precisam ser mudados; sem doutrinação e sexualização precoce; prioridade da educação: séries iniciais e ensino médio;
Isso inclui alfabetização, expurgar a ideologia de Paulo Freire; mudar a Base Nacional Comum Curricular; impedir a aprovação automática; disciplinamento dentro das escolas; universidades deve elevar a produtividade; fomentar o empreendedorismo; articulação com empresa; Educação a distância como importante instrumento;	

Fonte: Relatório do ANDES-SN 2019.

O disciplinamento proposto traduz na sua forma mais perversa o mascaramento das concepções ideológicas conservadoras e, a conformação de uma estrutura de ensino superior privada, configurando-se na prática, pela amordaça dos docentes, criminalização da autonomia didático-científica, das universidades públicas brasileiras, garantida no art. 207 da Constituição Federal.

Já está em curso, o processo de violação da autonomia das universidades públicas. Aprovação da Nota Técnica de nº 400/2018, passou a considerar ilegítima a realização de consulta interna dos reitores das universidades públicas, e, dará poder para o governo bolsonarista, fazer nomeação de onze reitores que serão substituídos em 2019. De acordo com o ANDES-SN, esta medida, “desvincula o resultado da consulta à comunidade universitária, impõe limites à democracia nas instituições de ensino, além de abrir espaço para violações à autonomia universitária”.

Conclui-se que, face às intervenções restritivas para a educação, torna-se urgente aprofundarmos nas leituras marxistas para analisarmos os avanços da direita extremista e seus ataques à gestão da educação superior, fortalecer as lutas da Associação Nacional dos Sindicatos dos docentes, junto com os movimentos sociais, para garantia da defesa do direito à universidade pública, universal, gratuita, laica e socialmente referenciada.

REFERÊNCIAS

ANDES-SN. Associação Nacional dos Sindicatos. Caderno de textos do 38º congresso 2019. _____ **Análise jurídica do Projeto de Lei 7.180/2016** - Documento do programa de governo e manifesto - 2018. <http://portal.andes.org.br/andes/portal-circular-expedida.andes> Acesso dia 02/01/2019.

EVANGELISTA, Olinda. **Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional**, 2008. Disponível em: www.scielo.br Acesso dia 02/01/2019.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **ESCOLA “SEM” PARTIDO**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

KONDER, Leandro. **Limites e possibilidades de Marx e sua dialética para a leitura crítica da história neste início de século** (In) FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria (org). Teoria e educação no labirinto do capital. – 4ª edição – São Paulo. Expressão Popular, 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações** - Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas. Introdução de Edwin Cannan. Tradução de Luiz João Baraúna, VOLUME II. Editora Nova Cultural Ltda. 1996.